

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	7
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	8
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	9
10.5 - Políticas contábeis críticas	11
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	12
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	13
10.8 - Plano de Negócios	14
10.9 - Outros fatores com influência relevante	15

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são provenientes do curso natural das atividades de sua empresa investida, Suzano Papel e Celulose, e do ambiente econômico no qual está inserida, sendo os principais:

Risco de instabilidade cambial e riscos de taxas de juros que podem prejudicar a economia brasileira e os resultados operacionais da empresa investida pela Companhia.

Considerando que historicamente mais de 50% das receitas líquidas de vendas da empresa investida, Suzano Papel e Celulose, são provenientes de exportações com preços denominados em Dólares e que a maior parte dos seus custos é denominada em Reais, sua geração de caixa operacional está sujeita a variações na taxa de câmbio entre o Real e o Dólar, o que pode afetar negativamente as despesas financeiras e o saldo passivo dos contratos indexados à moeda estrangeira. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 a receita líquida proveniente de vendas com preços denominados em dólares foi de 53,6% da receita total.

Esta exposição estrutural permite que a empresa investida, Suzano Papel e Celulose, contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos. Desta forma, quando o Real deprecia em relação ao Dólar, verifica-se o efeito imediato de aumento do valor em Reais da dívida denominada em Dólares.

Como proteção adicional, são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Em relação aos ativos e passivos financeiros, além dos riscos cambiais, há exposição a taxas de juros flutuantes, como a TJLP, o CDI Cetip e a Taxa Libor, e a índices de preços e de correção, como o IGP-M. A dívida atrelada à taxa de juros variável em dólares norte-americanos consiste principalmente em empréstimos incluindo operações de pré-pagamento de exportações e empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, estas dívidas são indexadas à Taxa Libor (London Interbank Offered Rate).

Em função disso podem ser celebrados contratos de swap de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, visando diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de swap entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos desses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou crises nas políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Européia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Crises financeiras como a originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 podem resultar em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem estar impossibilitadas, por condições adversas de mercado, de renovar, estender, conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou de honrar seus compromissos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:****a) Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia não faz uso de qualquer instrumento financeiro de proteção patrimonial, sendo o nosso principal risco de mercado as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, já que não possuímos qualquer risco cambial.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro de derivativos para proteção patrimonial.

c) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

NÃO APLICÁVEL. Vide item "b" acima.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

NÃO APLICÁVEL.

e) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não dispõe de estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

g) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não adota estrutura organizacional para verificação da efetividade de sua política de controle de gerenciamento de riscos, porém temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Adotamos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

Em relação ao último exercício social não houve alteração quanto à exposição da Companhia aos riscos de mercado e quanto à política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes pertinentes a esta seção foram divulgadas nos itens 5.1. a 5.3. acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, assim como acesso a diferentes fontes de financiamento.

Nos exercícios de 2011, 2010 e 2009, a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 227 mil, R\$ 393 mil e R\$ 2.119 mil.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentados no item 10.1."b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 6.015 mil, um decréscimo de 44,24% , ou R\$ 4.772 mil, em relação a 31 de dezembro de 2010, e decréscimo de 48,83% ou R\$ 5.740 mil em relação a 31 de dezembro de 2009. A variação é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da marcação dos investimentos a valor de mercado, para atender as novas práticas contábeis vigentes.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando que o perfil de endividamento da Companhia é com partes relacionadas e não representam exigibilidade com desembolso de recursos, a Diretoria acredita que a geração de caixa é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos, além de aportes de acionistas para necessidades eventuais. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui dívidas relevantes de qualquer natureza.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

NÃO APLICÁVEL.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Juros sobre Capital Próprio a Receber- Os valores de juros sobre capital próprio a receber em 31 de dezembro de 2011 correspondem a R\$ 184 mil, sendo que em 31 de dezembro de 2010 corresponderam a R\$ 304 mil, e em 31 de dezembro de 2009 corresponderam a R\$ 428 mil.

Ativos financeiros disponíveis para venda- investimentos marcados a valor de mercado com saldo de R\$ 6.101 mil em 31 de dezembro de 2011, R\$ 13.380 mil em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 15.277 mil em 31 de dezembro de 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social**

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 227 mil, em comparação ao lucro de R\$ 393 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o decréscimo do resultado foi a apropriação de receita de juros sobre o capital próprio inferior ao exercício anterior.

O lucro apresentado em 31 de dezembro 2010 foi de R\$ 393 mil, em comparação ao lucro de R\$ 2.119 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o decréscimo do resultado naquele período foi o ajuste de avaliação patrimonial decorrente das novas práticas contábeis vigentes classificadas no resultado do exercício em 2009.

	Exercício findo em		
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	248	497	565
Despesas operacionais líquidas	(136)	(234)	(364)
Resultado financeiro, líquido	193	188	1.962
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(58)	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(78)	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>227</u>	<u>393</u>	<u>2.119</u>
Abertura dos juros sobre capital próprio por companhia			
Suzano Papel e Celulose S.A.	183	365	394
Suzano Holding S.A.	65	132	171
	<u>248</u>	<u>497</u>	<u>565</u>

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

NÃO APLICÁVEL.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

NÃO APLICÁVEL.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

NÃO APLICÁVEL. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

NÃO APLICÁVEL. Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

NÃO APLICÁVEL. Não houve eventos de constituição, aquisição ou alienação de participações, ou quaisquer operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC, e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis individuais, conforme o padrão contábil internacional ("IFRS").

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs.

Os balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 dezembro 2008, tomados como base para a transição para as regras do IFRS em 1º de janeiro de 2009, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo apresentados abaixo:

Balanço de Abertura em 1º de janeiro de 2009			
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação Integral dos CPCs
Ativo			
Circulante	350	-	350
Não circulante	2.747	7.815	10.562
Realizável a longo prazo	1.553	-	1.553
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	1.194	7.815	9.009
Total do ativo	3.097	7.815	10.912
Passivo			
Circulante	13	-	13
Não circulante	1.458	2.657	4.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2.657	2.657
Adiantamento recebido para futuro aumento de capital	1.458	-	1.458
Patrimônio líquido	1.626	5.158	6.784
Total do passivo	3.097	7.815	10.912
Balanço de Abertura em 31 de dezembro de 2009			
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação Integral dos CPCs
Ativo			
Circulante	610	-	610
Não circulante	2.885	14.083	16.968
Realizável a longo prazo	1.691	-	1.691
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	1.194	14.083	15.277
Total do ativo	3.495	14.083	17.578
Passivo			
Circulante	192	-	192
Não circulante	1.458	4.173	5.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.173	4.173
Adiantamento recebido para futuro aumento de capital	1.458	-	1.458
Patrimônio líquido	1.845	9.910	11.755
Total do passivo	3.495	14.083	17.578

(*) Os ativos financeiros foram classificados como disponíveis para venda e estão sendo registrados ao valor justo.

A principal alteração nas práticas contábeis promovidas pela aplicação inicial do CPC nº 37 (R1) e demais CPCs e interpretações, deve-se ao reconhecimento do valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com CPC nº 38.

Apresentamos a seguir as conciliações entre as práticas contábeis anteriormente adotadas com as novas práticas contábeis, dos saldos do patrimônio líquido e resultado:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores:	1.845	1.626
Efeitos decorrentes das novas práticas:	<u>9.910</u>	<u>5.158</u>
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros recebidos em operação de permuta	1.810	-
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	12.273	7.815
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.173)	(2.657)
Patrimônio líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis	<u>11.755</u>	<u>6.784</u>
	<u>2009</u>	
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores:	309	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.810	
Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis	<u>2.119</u>	

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores no período em questão.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A Administração da Companhia adota as melhores práticas contábeis recomendadas pelos órgãos competentes, é conservadora na avaliação de riscos e contingências, providenciando as correspondentes provisões, bem como detalhando nas demonstrações financeiras os riscos a que a Companhia está exposta nas esferas trabalhista, tributária e de negócios.

Não é do conhecimento da Administração nenhum fato ou contingência relevante que não tenha sido objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Para auditar nossos resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, recorremos a auditorias internas e externas. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., com a qual mantemos contrato desde 2004 e cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação. Dessa forma, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e esta atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. A partir de 1º de janeiro de 2012 o serviço de auditoria independente será realizado pela KPMG Auditores Independentes.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**Ponto Identificado:**

Nenhum ponto relevante foi identificado e reportado pelos auditores externos.

Recomendação:

NÃO APLICÁVEL.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
NÃO APLICÁVEL.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
NÃO APLICÁVEL.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
NÃO APLICÁVEL.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
--

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.
--

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

NÃO APLICÁVEL.

b) Natureza e propósito da operação

NÃO APLICÁVEL.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

NÃO APLICÁVEL.
